



Número: **0811175-16.2019.8.20.5124**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Parnamirim**

Última distribuição : **27/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA (AUTOR)		CARLA PRISCILLA DE PONTES (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
49335504	27/09/2019 18:13	Petição Inicial	Petição Inicial
49335514	27/09/2019 18:13	Petição Inicial	Outros documentos
49335515	27/09/2019 18:13	Procuração	Procuração
49335516	27/09/2019 18:13	CNH	Documento de Identificação
49335517	27/09/2019 18:13	comprovante de residencia	Documento de Comprovação
49335518	27/09/2019 18:13	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
49335519	27/09/2019 18:13	internação	Documento de Comprovação
49335520	27/09/2019 18:13	laudo de solicitação	Documento de Comprovação
49335521	27/09/2019 18:13	Laudo medico 2	Documento de Comprovação
49335522	27/09/2019 18:13	laudo médico	Documento de Comprovação
49335523	27/09/2019 18:13	laudo	Documento de Comprovação
49335524	27/09/2019 18:13	abertura do processo administrativo	Documento de Comprovação
49335525	27/09/2019 18:13	valor do pagamento	Documento de Comprovação

EM PDF





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAMIRIM/RN.**

GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, motorista, portador da cédula de identidade de nº 666109, inscrito no CPF sob o nº 722.717.364-04, residente e domiciliado na Rua Professor Antônio Basílio, 374, Passagem de Areia, Parnamirim/RN, CEP: 59145-700, por sua procuradora signatária (procuração em anexo), vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA em face de:

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, n.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

@ carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





I – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, encontra-se desempregado, tendo uma despesa médica alta, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, o benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante o acesso à justiça.

II – DOS FATOS

A parte autora no dia 16/10/2018, por volta das 13:00hs sofreu um acidente, quando estava sentado no meio fio, quando o veículo, marca/modelo MARCOPOLO/VOLARE, W8 ON, de cor branca, ano 2006/2007 de placa DJF-8068/RN, passou por cima do seu pé esquerdo, tendo sido socorrido para o Unidade de Saúde – UPA 24h, onde recebeu os primeiros socorros e foi encaminhado para o hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, onde foi submetido a uma cirurgia, conforme consta no registro de ocorrência (em anexo).

Do evento, restou o Demandante com acentuadas lesões corporal, no pé advindo do acidente.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico, conforme se demonstra documentalmente.



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

@ carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, prejuízo esses que acompanham o Requerente até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida.

Portanto, por questão de Justiça e respeito à previsão legal, a segurada buscou amparo através de pedido de indenização DPVAT junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT.

Desta forma, ocorrido o acidente de trânsito, sofrendo a parte autora lesões, no caso em tela, faz jus a mesma ao recebimento de indenização do seguro DPVAT/INVALIDEZ.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, conforme já mencionado, o Autor encaminhou seu pedido à SEGURADORA LÍDER, juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela Ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua lesão, a parte autora aguardou resposta da Ré. Tamanha fora a surpresa desta, quando informado do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

De acordo com documento anexado, a Ré efetuou o pagamento de valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo Autor. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o Requerente recebeu o valor de **R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais)**.



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

@ carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida pela Autor.

O Demandante permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico.

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora Autor, juntou ao seu pedido administrativo para recebimento da indenização do seguro DPVAT, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões, e mesmo assim, teve como resposta da Ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo, solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, pois injustificadamente, a demandada efetuou o pagamento de um valor muito aquém do que deveria, não havendo outra forma da demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da Ré ao pagamento deste.

III – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





esta, a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torna-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT. O diretor presidente da



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





Seguradora Líder-DPVAT, Ricardo Xavier, explica que o procedimento para o recebimento do seguro pelas vítimas de trânsito é simples e alerta para o fato de que não é necessário intermediário para dar entrada no pedido de indenização. “Ninguém melhor que o próprio cidadão para preservar seus direitos. Há seguradoras em todo o Brasil para receber as vítimas de trânsito. Basta apresentar os documentos na seguradora escolhida no prazo de três anos a contar da data da ocorrência do acidente,” afirma.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária.

O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte ou Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares é de 3 anos a contar da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados



84 9 81085875

carlapriscillaadvocacia@gmail.com

carlapontes

carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia o Demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE
COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE.



84 9 81085875

carlapriscillaadvocacia@gmail.com

carlapontes

carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016).



84 9 81085875

carlapriscillaadvocacia@gmail.com

carlapontes

carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o Demandante com lesões graves, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



84 9 81085875

carlapriscillaadvocacia@gmail.com

carlapontes

carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte Ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares, ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

IV – DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente Ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

a) Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

b) Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

@ carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





c) Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já, em virtude da necessidade de realização de perícia médica, manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

d) Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que seja ratificada a constatação da invalidez permanente remanescente na parte demandante e posteriormente quantificado o real valor devido a esta;

e) Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

i) Seja declarada devida à parte autora o pagamento da complementação de indenização correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre;

ii) Condenar a demandada ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso. Sendo que a diferença do valor pago administrativamente para o valor que efetivamente deveria ter sido pago, deve ser quantificado, levando-se em consideração a perícia médica a ser realizada, com posterior enquadramento na tabela de danos segmentares constante no artigo 3º da Lei 6.194/74;

f) Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

@ carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170





g) Requer ainda, a produção de todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizer necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que
pede deferimento.

Parnamirim/RN, 27 de setembro de 2019.

CARLA PRISCILLA DE PONTES
OAB/RN 15.814



84 9 81085875

@ carlapriscillaadvocacia@gmail.com

f carlapontes

@ carlapriscillaadvocacia

Rua Parque Paraúna, 345, nova esperança,
Parnamirim, CEP 59144-170



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Gemildo Filgueira de Souza,
brasileiro, solteiro, desempregado,
portador (a) do RG nº 666109, ITEP/RN e inscrito (a) no CPF
sob o nº 722.717.364-04, residente e domiciliado (a)
na Rua Av. Professor Antônio Barilho, nº 374,
Paragem de Azeia, Parnamirim, CEP 59145-700.

OUTORGADA: **CARLA PRISCILLA DE PONTES**, brasileira, solteira,
portadora do RG sob o nº 002.799.881 e inscrita do CPF sob o nº 107.305.204-
47, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 15.814,
seção do Estado do Rio Grande do Norte, com escritório profissional situado
na Rua Parque Paraúna, 345, Nova Esperança, Parnamirim/RN, CEP: 59144-
170, com endereço eletrônico carlapriscillaadvocacia@gmail.com e telefone
para contato (84) 9 8108-5875.

PODERES: Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos
na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer
Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo
propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses
da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão,
usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda,
poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou
acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar
a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente,
podendo ainda subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais
poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Parnamirim /RN 06/09/2019

Gemildo Filgueira de Souza

OUTORGANTE



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
666109 ITEP RN

CPF
722.717.364-04 DATA NASCIMENTO
28/02/1961

FILIAÇÃO
GASPAR FILGUEIRA DE SOUZA
RITA SIMPLICIO DE MACEDO

PERMISSÃO
ACC CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
01710776366 VALIDADE
24/04/2021 1ª HABILITAÇÃO
02/10/1982

OBSERVAÇÕES
A;
EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR
Genildo Filgueira de Souza

LOCAL
PARNAMIRIM, RN DATA EMISSÃO
02/05/2016

76018913172
RN702388604

DETRAN RN (RIO GRANDE DO NORTE)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1234338326

PROIBIDO PLASTIFICAR
1234338326





PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA
FRANCISCO ALTEVI WANDERLEY 374
PASSAGEM DE AREIA
PARNAMIRIM - RN
59145-700

Data de Producao : 26/02/2019

Scanned by CamScanner





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEG. PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MACAÍBA
Praça José da Penha, 46, Centro, Macaíba-RN – CEP= 59280-000

BOLETIM DE OCORRÊNCIA nº: 2425/2018

Natureza da Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO

Local do Fato: Av. Dos Ipês, Cidade Campestre, Macaíba/RN

Data e Hora do Fato: 16/10/2018 por volta das 12hs30min

Comunicante: GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA

Filiação: Gaspar Filgueira de Souza e Rita Simplicio de Macedo

Endereço: Av. Professor Antonio Basilio, 374, Passagem de Areia, Parnamirim/RN

Nascido em: 28/02/1961 **Est. Civil:** Casado

Natural de: Parnamirim/RN **Documento:** CNH nº: 01710776366 e CPF nº 722.717.364-04

Profissão: Motorista

Telefone: (84) 9 8132-6586

Vítima: O DECLARANTE

Acusado(a): CACIO ANTONIO GABRIEL

Filiação: Antonio Gabriel Sobrinho e Maria Cleide Teixeira da Silva

Endereço: Av. Professor Antonio Basilio, 374, Passagem de Areia, Parnamirim/RN

Nascido em: 12/06/1977 **Est. Civil:** Prejudicado

Natural de: Prejudicado/RN **Documento:** CNH nº 02690286029 e CPF nº 023.802.944-10

Profissão: Motorista

Telefone: (84) 9 Prejudicado

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA:

O declarante compareceu a esta Unidade Policial para informar que na data, local e horário acima mencionados, se encontrava sentado no meio fio, ocasião em que o investigado conduzindo o veículo marca/modelo MARCOPOLO/VOLARE W8 ON, de cor branca, ano 2006/2007 e placas DJF-8068/RN, licenciado em nome de JOÃO MARIA DE LIMA, passou por cima de seu pé esquerdo. Que, em face o ocorrido, o declarante foi inicialmente socorrido por populares até a UPA da Cidade de Parnamirim/RN, e em razão da gravidade do acidente, foi encaminhado até o Pronto Socorro Clóvis Sarinho em Natal/RN, conforme Boletim de Atendimento nº 53732/2018, expedido em 16/10/2018 às 17hs20min12s.

Providências adotadas: Registro do presente e encaminhado a Chefia de Investigação

Macaíba /RN, 05 de Novembro de 2018.

Genildo Filgueira de Souza
Comunicante

Rayff Targino
Servidor (a): Rayff Targino
Agente de Polícia Civil – Mat. nº. 165.154-4

Scanned by CamScanner



UFA
A



CG No. 113

Data Nasc.: 28 02 61

Phone: 996440062

Bairro: N. Ed. Assom. G.

Nº 180 Ciudad: Pinar del Rio

Entrada: 13:59

	HORA	SSVV	ESCORE DE GLANDAS
VERMELHO		PA 473x110	1a3 (/)
LARANJA		PC 419 bpm	4a8 (/)
VERDE		PR	9a12 (/)
AZUL		TEMP 36.5°C	13a15 (/)

DISPNEIA ()	SINCOPE/DESMAIO ()	AGITAÇÃO PSICOMOTORA ()
CIANOSE ()	SUDORESE ()	POLITRAUMATIZADO ()
PELE FRIA ()	VÔMITO ()	DOENÇA OU ACIDENTE TRABALHO ()
PALEDEZ ()	CONVULSÃO ()	APARENTEMENTE BEM <i>OK</i> ()

Donc sur p2 E la ± 30 min. après
Chalma sur KAS.

E6B. ...
E7C. ...

m = e. idem 2+12+

CONFERE COM O ORIGINAL

100-443887-100

1000

~~NOVA ESPERANZA~~

$Nx \quad pe^- \in \rightarrow$ potencia $\frac{1}{2} \cdot 12 \cdot 3 = 18$
e 5° dado



PRONTO-SOLUÇÃO MÉDICA

PORTUÁRIO

ENFERMAGEM

1. Captopril 50 mg qd cp bio
2. Tramadol 50 mg qd sup + 100 ml SF o.g.
3. Diclofenaco 75 mg qd sup IM

EU Auto Juliana
Jph. 17

Angela Franco
Médica
CRM 1007

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

15:02h
Relato que há 20 min sofreu Insucesso em PE E
Intubação orotraqueal por cima; Relato HAS; Níquel
alergico e medicação no. Subst. EUSK

DESTINO DO PACIENTE

OBSERVAÇÃO	REMOVIDO PARA	HORA:	H
LIBERADO AS			
RETIROU-SE POR DECISÃO MÉDICA			
À PEDIDO			
À REVELIA			
DATA: 1/1/2020			

ÓBITO EM: 1/1/2020

ENTREGUE À:

FAMÍLIA

IML

CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 1/1/2020





Laudo para Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar
Nº 3762 / 2018

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Solicitante: HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL

CNES: 2653923

Executante: O solicitante ou: _____

CNES: _____

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: **97310 GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA**

Prontuário: _____

CNS: 201123068070007

Nascimento: 28/02/1961 Sexo: Masculino

Cor: SEM INFORMACAO

Mãe: RITA SIMPLICIO DE MACEDO

Pai: _____

Endereço: RUA SANTA TEREZINHA, 180 - NOVA ESPERANÇA - PARNAMIRIM

Fone: 81326586 /

Município: PARNAMIRIM

Código Municipal IBGE: 240325

UF: RN

CEP: 59144-360

JUSTIFICATIVA DE INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS:

PACIENTE COM TRAUMA EM PÉ COM FRATURADE MULTIPLOS DEDOS EM PÉ

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:

AS ACIMA

RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS:

RX + EXAME FISICO

Diagnóstico Principal e Procedimento Solicitado:

S92.7 FRATURAS MÚLTIPLAS DO PÉ*408050462. TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATAR
S92.7 FRATURAS MÚLTIPLAS DO PÉ*408050470. TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS PODODAC

Profissional Solicitante / Assitente:

OSVALDO CARDOSO DE LARA JUNIOR

Dr. Osvaldo C. de Lara Jr.
Oncologista / Traumatologista
CRM: 7050 - TEOT-1676

CRM: 7050 / RN

Data da Solicitação 16/10/2018

PREENCHER EM CASOS DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

() Acidente de Trabalho CNPJ da Seguradora: _____ Nº do bilhete: _____ Série: _____

() Acidente de Trabalho Típico CNPJ da Empresa: _____ CNAE da Emp.: _____ CBOR: _____

() Acidente de Trabalho Trajeto CNPJ da Empresa: _____ CNAE da Emp.: _____ CBOR: _____

Vínculo com previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

Nº Autorização da AIH:

Profissional Autorizador: _____ Órgão Emissor: _____

Documento: () CNS () CPF nº _____

Data da Autorização: ____/____/____ Assinatura/Carimbo: _____



E

PE AP 79,4 %
Id. Paciente: 53732/18
Paciente: GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

PE AP 79,4 %
Técnico: THIAGO M
Idade: 57 ano(s)





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Saúde Pública
Hospital Estadual Dr. Ruy Pereira dos Santos



LAUDO MÉDICO

O (a) Sr (a) Genildo Filgueira de Sousa
apresenta Síndrome de Guillain-Barré
Necessita, a critério do médico perito do INSS, afastar-se de suas atividades laborais. Metatarsal
para

CID10: T93/M77

04 ABR. 2019

*Autorizo informar o diagnóstico


Dr. Kleudson Bastos
Ortopedia
CRM-4421





SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE DO RN
HOSPITAL ESTADUAL DR. RUY PAREIRA DOS SANTOS



RECEITUÁRIO MÉDICO

P/ Genildo Fulgencio de
Sousa,

Sendo Médico

Paciente apresentando
sequela de fraturas
múltiplas em pé (P),
relato metatarsalgia
em pé (P)
CID: S92, M77, T93.

Natal, 16/01/19.

Assinatura do Médico

Jefferson Bastos
ORTOPEDISTA
CRM 4421





SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE DO RN
HOSPITAL ESTADUAL DR. RUY PAREIRA DOS SANTOS



RECEITUÁRIO MÉDICO

Dr. Genildo Filgueiras
de Sousa

Laudo Médico

Paciente apresentando
sequela de trauma
em pé (F) com metat-
atarsalgia que limi-
ta sua capacidade
laboratorial.

CID: T93/M77

Natal, _/_/_

03 JUL. 2019

Assinatura do Médico

Dr. Kleudson Bastos
Ortopedia
CRM-4421





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190183782

Vítima: GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA

Data do Acidente: 16/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLA PRISCILLA DE PONTES

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14030618





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 21 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190183782

Vítima: GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA

Data do Acidente: 16/10/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLA PRISCILLA DE PONTES

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 675,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos pés 50%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 50%) 5,00%

Valor a indenizar: 5,00% x 13.500,00 = R\$ 675,00

Recebedor: **GENILDO FILGUEIRA DE SOUZA**

Valor: **R\$ 675,00**

Banco: **104**

Agência: **000002008**

Conta: **0000012556-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Assinado eletronicamente por: CARLA PRISCILLA DE PONTES - 27/09/2019 18:13:14

<https://pje1g.trjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092718131404600000047672222>

Número do documento: 19092718131404600000047672222

Num. 49335525 - Pág. 1